

**TERMO ADITIVO Nº 117/2022****CONTRATO Nº 131/2012 (19.16.2256.0003784/2019-80)****CONTRATO SIAD Nº 5002**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, E ROBSON BATISTA COLARES E MARISTER CABRAL COLARES, NA FORMA AJUSTADA.

LOCATÁRIA: Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da **Procuradoria-Geral de Justiça**, com sede na Avenida Álvares Cabral, nº 1.690, Bairro Santo Agostinho, nesta Capital, CEP 30.170-008, inscrita no CNPJ sob o nº 20.971.057/0001-45, neste ato representada pelo **Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo, Márcio Gomes de Souza**.

LOCADORES: **Robson Batista Colares**, inscrito no RG nº M-1.384.947 e CPF nº 495.322.356-04, e **Marister Cabral Colares**, inscrita no RG nº 2.576.737 - SSP/MG e CPF nº 466.496.036-00, residentes na Rua Dr. Pedro Altran, nº 397, apto 101, Centro, em Itambacuri/MG, CEP 39.830-000.

As partes acima qualificadas celebram o presente termo aditivo ao contrato de locação, nos termos da Lei Federal nº 8.245/91 e suas alterações e , no que couber, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme Ato de Dispensa de Licitação nº 037/2012, fundamentado no art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

Constituem objetos do presente Termo Aditivo ao Contrato inicial, cujo objeto é a “locação do andar térreo e de duas vagas de garagem do imóvel situado na Rua Sérgio Avelino Pinheiro, nº 60, Centro, em Itambacuri/MG”:

- a) a prorrogação de vigência;
- b) a inclusão de despesas indiretas;
- c) a alteração da forma de pagamento das despesas indiretas (energia elétrica e água, a partir da competência agosto/2022, IPTU, taxa de coleta de lixo, taxa de conservação de vias, taxa de expediente e taxa de limpeza pública, a partir do exercício de 2023), bem como das disposições contratuais correlatas.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da prorrogação

Prorroga-se o Contrato inicial por mais 12 (doze) meses, a partir de **10/07/2022 até 09/07/2023**, inclusive.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do valor do aluguel

O valor mensal do aluguel permanece em **R\$ 4.143,79** (quatro mil, cento e quarenta e três reais e setenta e nove centavos), ficando **ressalvado o direito dos Locadores ao reajuste** do valor do aluguel, pelo índice IPCA/IBGE, que será concedido **a partir de 13/08/2022** por meio de Apostilamento, na forma da cláusula décima do Contrato inicial e da Resolução PGJ nº 21/2002.

CLÁUSULA QUARTA – Da inclusão de despesas indiretas

Ficam incluídas as seguintes despesas indiretas ao contrato inicial, decorrentes da locação:

- a) taxa de coleta de lixo;
- b) taxa de conservação de vias;
- c) taxa de expediente;
- d) taxa de limpeza pública.

CLÁUSULA QUINTA – Da alteração da forma de pagamento das despesas indiretas

O pagamento dos valores referentes à energia elétrica, água, IPTU, taxa de coleta de lixo, taxa de conservação de vias, taxa de expediente e taxa de limpeza pública será proporcional ao tempo de ocupação do imóvel pela **Locatária** e passará a ser efetuado diretamente pela **Locatária** aos órgãos e concessionárias de serviço público.

CLÁUSULA SEXTA – Do valor global e das dotações orçamentárias

Em função da nova vigência e da inclusão de despesas indiretas, o valor global estimado do contrato, para o período de **10/07/2022 até 09/07/2023**, passa a ser de R\$ 62.663,48 (sessenta e dois mil, seiscentos e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos), sendo:

- a) R\$ 49.725,48 (quarenta e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos) para **pagamento do aluguel**, à conta da dotação orçamentária nº **1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.36-11 - Fonte 10.1**.
- b) R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para o **pagamento de energia elétrica**, à conta da dotação orçamentária nº **1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-12 - Fonte 10.1** e suas equivalentes nos exercícios seguintes;
- c) R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) para o **pagamento da água**, à conta da dotação orçamentária nº **1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-13 - Fonte 10.1** e suas equivalentes nos exercícios seguintes;
- d) R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) para o **pagamento do IPTU**, à conta da dotação orçamentária nº **1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-03 - Fonte 10.1** e suas equivalentes nos exercícios seguintes;
- e) R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para o **pagamento da taxa de coleta de lixo**, à conta da dotação orçamentária nº **1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-07 - Fonte 10.1** e suas equivalentes nos exercícios seguintes;
- f) R\$ 6,00 (seis reais) para o **pagamento da taxa de conservação de vias**, à conta da dotação orçamentária nº **1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-07 - Fonte 10.1** e suas equivalentes nos exercícios seguintes.
- g) R\$ 5,00 (cinco reais) para o **pagamento da taxa de expediente**, à conta da dotação orçamentária nº **1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-07 - Fonte 10.1** e suas equivalentes nos exercícios seguintes;
- h) R\$ 7,00 (sete reais) para o **pagamento da taxa de limpeza pública**, à conta da dotação orçamentária nº **1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-07 - Fonte 10.1** e suas equivalentes nos exercícios seguintes.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da adequação das cláusulas contratuais pertinentes

Em virtude da inclusão de despesas indiretas e da alteração da forma de pagamento das despesas indiretas para pagamento direto aos órgãos ou concessionárias de serviço público, ficam alteradas as obrigações das partes, acarretando as seguintes modificações nas cláusulas quinta, oitava e décima sexta do Contrato:

7.1 - Fica alterada a alínea "b" da cláusula quinta do Contrato que passará a ter a seguinte redação:

*"CLÁUSULA QUINTA - Dos encargos da locação**(...)*

*b) Os pagamentos dos valores referentes à energia elétrica, água, IPTU, taxa de coleta de lixo, taxa de conservação de vias, taxa de expediente e taxa de limpeza pública serão efetuados de forma direta pela **Locatária**, devendo as respectivas faturas ser enviadas ao Setor de Protocolo da Procuradoria, pelo responsável para acompanhar a execução do presente contrato designado nos termos da cláusula décima sexta, em até 07 (sete) dias úteis anteriores ao vencimento das mesmas;*

b.1) Caso as faturas de energia elétrica, água, IPTU, taxa de coleta de lixo, taxa de conservação de vias, taxa de expediente e taxa de limpeza pública não sejam encaminhadas no prazo acima previsto, as eventuais multas serão arcadas pelo responsável para acompanhar a execução do presente contrato, designado nos termos da cláusula décima sexta.

*Subcláusula única – Fica vedado aos **Locadores** efetuar quaisquer pagamentos relativos às despesas acima mencionadas, as quais serão quitadas apenas pela **Locatária**, diretamente aos órgãos ou concessionárias de serviço público. Caso seja realizado pagamento de forma diversa do pactuado neste instrumento, a **Locatária** não arcará com o ressarcimento dos valores correspondentes.*

7.2 - Fica alterada a alínea "b" do item 8.2 da cláusula oitava do Contrato que passará a ter a seguinte redação:

*"CLÁUSULA OITAVA – Das obrigações das partes**(...)**8.2) Dos Locadores:**(...)*

b) abster-se de efetuar quaisquer pagamentos relativos aos encargos indiretos gerados com a locação (energia elétrica, água, IPTU, taxa de coleta de lixo, taxa de conservação de vias, taxa de expediente e taxa de limpeza pública).

7.3 - Fica alterada a alínea "a" da cláusula décima sexta nos seguintes termos:

*"CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da execução do contrato**(...)*

*a) encaminhar à **Procuradoria**, tão logo as receba, as guias referentes às despesas com energia elétrica, água, IPTU, taxa de coleta de lixo, taxa de conservação de vias, taxa de expediente e taxa de limpeza pública em até 07 (sete) dias úteis anteriores ao vencimento das mesmas, para que possa ser efetuado o pagamento dos referidos encargos.*

CLÁUSULA OITAVA – Da vigência

O presente Termo Aditivo iniciará sua vigência a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – Da publicação

Este Instrumento será publicado pela **Locatária** no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da continuidade contratual

Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as cláusulas e condições do Contrato inicial e seus Aditivos naquilo em que não conflitem com este Instrumento.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente Instrumento, para um só efeito de direito, por meio de senha/assinatura eletrônica, na presença de duas testemunhas.

Márcio Gomes de Souza
Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo
LOCATÁRIA

Robson Batista Colares

Marister Cabral Colares
LOCADORES

Testemunhas:

- 1)
- 2)



Documento assinado eletronicamente por **Robson Batista Colares, Usuário Externo**, em 06/07/2022, às 12:22, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **marister cabral colares, Usuário Externo**, em 06/07/2022, às 12:48, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO GOMES DE SOUZA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA ADJUNTO ADMINISTRATIVO**, em 06/07/2022, às 19:19, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA AMELIA TORRES COSTA FERRAZ, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 07/07/2022, às 08:07, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA CAROLINE RIBEIRO, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 07/07/2022, às 13:28, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **3286429** e o código CRC **4619F1BB**.